

# Imprensa e Poder: breves considerações historiográficas sobre as relações entre governantes e os jornais cariocas nos anos cinquenta

---

**The Press and Power: brief historiographic considerations about the relations between governors and the newspapers of Rio de Janeiro in the fifties**

*Carla Magdenier Sobrino<sup>1</sup>*

## RESUMO

Até meados do século XX, encontraríamos um jornalismo literário, seguindo um modelo francês, com enfoque em gêneros mais livres e opinativos, valorizando igualmente a crônica, o artigo polêmico e o de fundo. Havia, ainda, a questão política, em que os diários serviam como porta-vozes do Estado, defendendo certos grupos dependendo da conjuntura. Já no decorrer da década de 1950, houve uma grande transformação na imprensa, não só em questões gráficas/técnicas quanto também nos conteúdos. O modelo norte-americano vigorava em detrimento do antigo francês literário. Abriu-se um espaço para um jornalismo dito “objetivo”, “imparcial” e “independente”. Contudo, mesmo diante de tais características, os periódicos nunca deixaram de lado o seu caráter político e crítico. Este artigo tem por finalidade discutir, por meio de um breve debate historiográfico, as diversas relações de poder entre a imprensa, mais precisamente, a imprensa carioca dos anos cinquenta com os dois principais governantes da época: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

**Palavras-chave:** Relações de poder; Imprensa Carioca; Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek.

## ABSTRACT

Up until the middle of the 20th century, we find that literary journalism followed the French model, focusing on freer and opinionated genres, also giving due value to the chronicle, the controversial article and the in-depth. There was also the political issue, where newspapers served the state, defending certain groups depending on the situation. During the 1950s, there was a major transformation in the press, not only in graphic / technical matters, but also in content. The American model prevailed to the detriment of the former literary French model. A space for so called "objective", "impartial" and "independent" journalism was opened. However, despite such characteristics, journals never left their political and critical character aside. This article aims to discuss, through a brief historiographic debate, the different power relations between the press, more precisely the Rio press of the fifties and the two main rulers of the time: Getúlio Vargas and Juscelino Kubitschek.

**Keywords:** Power relations; Press of Rio de Janeiro; Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek.

245

---

<sup>1</sup> Tutora de História da América I no curso semipresencial de História (UNIRIO/CEDERJ). Pós-graduada em História do Brasil pela UNESA/RJ. E-mail: carlasobrino@gmail.com

## Introdução

A década de 1950 foi um período histórico que suscitou uma gama de pesquisas relevantes nos últimos tempos.<sup>2</sup> Não apenas pelo caráter político-ideológico, tendo os estadistas Getúlio Vargas (1950-54) e Juscelino Kubitschek (1956-61) no poder, a implementação de suas políticas econômico-nacionalistas e nacional-desenvolvimentistas, respectivamente, e o anticomunismo em voga perante um cenário de Guerra Fria; mas por uma sociedade que mudava seus hábitos de consumo incentivados pela propaganda de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e que parecia estar inserida em uma “nova” democracia. (RODRIGUES, 1992) A relativa liberdade democrática<sup>3</sup> foi um dos

<sup>2</sup> Sobre este período, podemos destacar alguns trabalhos pertinentes como o de Vânia Maria Losada Moreira, Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50, *Revista Brasileira de História*, [online], 1998, v. 18, n. 35, p. 329-360; André Botelho, Elide R. Bastos, Glaucia Villas Bôas, *O Moderno em Questão: a década de 1950 no Brasil*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2008; Angela de Castro Gomes (Org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, Rio de Janeiro, Ponteio, 2011; Adriana Hassin Silva, *A Modernidade em Alvorada: Brasília e a imagem do Brasil moderno no fotojornalismo d’O Cruzeiro e da Manchete (1956-1960)*, Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGHIS, 2003.

<sup>3</sup> A democracia no período não foi de fato plena, mas relativa, visto que segundo Vania

fatores essenciais para que diversos intelectuais e artistas expressassem suas ideias e se fizessem ouvir. Foi a época do Cinema novo, debatendo problemas políticos e sociais, representado por obras como o filme *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos, em 1955, e do teatro com a renovação da linguagem para discutir essas temáticas com peças como a de Gianfrancesco Guarnieri em *Eles não usam Black-tie*. Foi também nesta época que surgiu a bossa-nova de João Gilberto, Vinícius de Moraes e Tom Jobim, incorporando o *jazz* e o *bebop* norte-americano ao samba tradicional, do concretismo na poesia, da atualização e da sofisticação do romance regional e da arquitetura urbanística simbolizada por Brasília, através dos planos e traços arrojados de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Moreira (2008), a cidadania, ou melhor, os direitos sociais não eram totalmente contemplados na mesma velocidade em que crescimento econômico vigorava, ou seja, dado que a população não participava das principais decisões econômicas do país. Havia ainda uma grande desigualdade social, marcada por conflitos tanto no ambiente urbano quanto no campo. Já Flavia Biroli (2004) discute a liberdade democrática com relação à imprensa ao abordar um projeto de lei apresentado pelo governo JK, em 1956, que cercaria as informações e opiniões de jornais oposicionistas. O projeto, no entanto, não chegou a ser aprovado, mas favoreceu debates sobre liberdade e censura perante a opinião pública.

Essas entre tantas outras transformações iriam também atingir a imprensa brasileira. (ABREU, 1996; KORNIS, 2002)

### **Uma imprensa em transformação nos anos 1950**

Até a segunda metade do século XX, o jornalismo e a literatura se confundiam. Muitos jornalistas eram ficcionistas e vários escritores trabalhavam nas redações. Os periódicos seguiam até então o modelo francês de jornalismo cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária. As obras literárias eram divulgadas nos jornais e, assim, os escritores eram reconhecidos pelo público. Gêneros mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo eram os mais valorizados. (RIBEIRO, 2003)

Nesse âmbito, é preciso destacar ainda as relações estreitas entre o jornalismo e a política. Podemos afirmar, em tempo, que a imprensa e o poder estavam diretamente conectados, dado que um não existiria sem o outro. (MOTTA, 2009) Isto poderia ser justificado pelo fato da própria competência da mídia impressa em selecionar, priorizar e disseminar os acontecimentos sociais;

ela foi acumulando importância ao longo de sua história, até ser identificada como um quarto poder, aquele que é exercido ao lado dos outros três poderes, o executivo, o legislativo e o judiciário. O governante precisa dela e ao mesmo tempo a teme. Assim, o poder é uma qualidade inerente ao exercício da imprensa, seja como representante dos grupos hegemônicos, dos interesses dos seus proprietários ou como porta-voz da sociedade, genericamente definida. Desse modo, o jornalista Luiz Gonzaga Motta (2009) coloca as relações entre poder e a mídia nos seguintes termos:

A mídia passou a ser o espaço privilegiado do jogo de poder, das relações políticas, dos códigos de conduta, da sedução e dos questionamentos. Para entrar no jogo, os atores sociais – partidos políticos, sindicatos, entidades patronais, órgãos da sociedade civil etc. – adquiriram os modelos midiáticos. Aos poucos, a lógica midiática contaminou e incorporou tudo, a política, as eleições, as campanhas eleitorais, a religião, os padrões de gosto e estética, a educação e se diluiu nas relações do cotidiano.

Pelo menos até a década de 1940, a maioria dos diários servia principalmente como instrumento político. Isso revela que a imprensa era essencialmente de opinião e a

linguagem dos jornais era extremamente agressiva e virulenta para com seus antagonistas, visto que muitos eram porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam. Contudo, na década seguinte, a imprensa entrava em uma fase de transição e deixava de ser literária para se tornar mais “objetiva”, “neutra” e “independente”. Conforme Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p. 148):

Na década de 1950, isto começou a mudar, principalmente no Rio de Janeiro, onde o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo o político-literário. A imprensa foi abandonando a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida "objetiva" e "imparcialmente" na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião.

Conforme mencionado anteriormente, o jornalismo carioca seguia o modelo francês de jornalismo (literário e opinativo), mas durante as décadas de 1950/60 passou pela incorporação de uma série de práticas advindas principalmente do jornalismo norte-americano, tais como: o *lead* e a “pirâmide invertida”. O primeiro, de acordo com a autora,

Era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o "nariz de cera", texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam. (RIBEIRO, 2003, p. 149)

Em termos de organização da reportagem, a “pirâmide invertida” se diferenciava da “pirâmide normal”. Esta fazia com que no topo do jornal ficasse o desenvolvimento cronológico dos acontecimentos e somente no final do texto (a base) fosse mostrado para o leitor o clímax da história. Na “pirâmide invertida”, o assunto era tratado em parágrafos de importância decrescente, dando-se mais destaque aos fatos de maior significação. Segundo Juarez Bahia (1990, p. 52),

Na pirâmide invertida a reportagem é elaborada a partir do clímax, de modo a causar no leitor um impacto semelhante a um soco. O repórter constrói a história segundo um esquema de seleção por ordem de importância. Esse método dá maior liberdade de ação à diagramação, facilitando a disposição visual das matérias ao mesmo tempo em que

permite uma exposição tão clara quanto formal dos fatos.

Antes de entrarmos na questão da imprensa dos anos 50, é preciso mencionar que segundo Fernando Lattman-Weltman (1996, p. 160-161) pode-se caracterizar a história da imprensa brasileira em três fases. A primeira fase foi a da imprensa como serviço preso a uma lógica pré-capitalista. O primeiro jornal produzido no Brasil, representante dessa primeira fase, foi a *Gazeta de Notícias*, em 1808, que apenas propiciava pequenos serviços informativos. A segunda fase iniciou-se logo em seguida com o surgimento das primeiras folhas de oposição, abolicionistas ou republicanas (e também daqueles que apoiavam a família real e, mais tarde, o imperador), que se beneficiam com a liberalização e a inserção das primeiras tipografias brasileiras. Podemos citar como um exemplo significativo desta segunda fase, um jornal editado fora do Brasil, criado meses antes da própria *Gazeta: o Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa. A terceira fase seria representada somente na metade do século XX, em 1950, com a

superação do jornalismo literário para o jornalismo empresarial.

Nos anos 50, a urbanização e a industrialização transformavam o modo de vida das pessoas. Seguiu-se a lógica do capitalismo monopolista em que não se podia desperdiçar tempo. Era a vida moderna com sua racionalidade temporal, a qual alcançava a imprensa periódica e esta passou a adotar o princípio da funcionalidade. Os produtos de uma maneira geral precisavam ser práticos e os jornais deviam satisfazer um público ávido por informações rápidas e objetivas. A “pirâmide invertida” tinha como função facilitar o processo de edição, atendendo a lógica da leitura rápida. Ademais, surgiram os copidesques (*copy-desks*) que eram:

Um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo. Seu papel era essencialmente disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas de redação. (RIBEIRO, 2003, p. 151)

Neste ínterim, o primeiro jornal brasileiro a adotar as técnicas norte-americanas foi o *Diário Carioca*. Além das mudanças na linguagem e na estruturação das notícias, existiram transformações no *design* dos jornais,

que estabeleceram novos padrões editoriais e gráficos, além de um fotojornalismo revigorado, baseado na ideia do instantâneo e do flagrante. Deixando de ser meramente ilustrativa, a fotografia passou a ser também informativa. (ABREU, 1996; RIBEIRO, 2003)

Contudo, deve-se ressaltar que todas as reformulações – redacionais, editoriais, gráficas, empresariais e profissionais – já estavam sendo gestadas há algum tempo, especialmente, no início do século XX - e não como pode parecer, fruto exclusivo dos anos cinquenta. Ainda assim, é inegável que vários fatores contribuíram para que essas reformulações viessem a se tornar conscientes nesta década. Além do mais, nos anos cinquenta, o processo de profissionalização da imprensa fez com que o jornalismo deixasse de ser uma ocupação provisória, e os jornalistas fossem adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada dos literatos e dos políticos. Isso possibilitou, igualmente, que os próprios profissionais e, neste caso, os bons jornalistas obtivessem mais poder para negociar com os grandes empresários sobre seus salários e benefícios.

De fato, o que podemos perceber é que o jornalista inserido neste contexto histórico e no discurso da “objetividade” e da “neutralidade” acaba por ter a capacidade de decodificar o “mundo” para a sociedade por meio do poder da palavra. Marialva Barbosa (2007, p. 151), ao comentar outro trabalho de Ana Paula Ribeiro (2000, p. 08), explica justamente sobre esta questão a seguir:

(...) a modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais do Rio de Janeiro representa para a imprensa a instauração de um lugar institucional que lhe permite, a partir de então, enunciar as verdades dos acontecimentos de forma oficializada e se constituir como registro factual por excelência. Para a pesquisadora, a partir desse momento, o jornalismo se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico.

Barbosa (2007, p. 150) relata que a “objetividade” e a “neutralidade” do jornalismo dos anos cinquenta são míticas. Esse discurso se deve em parte aos próprios jornalistas que marcaram os anos cinquenta como a época em que sua profissão obteve um grau de importância na hierarquia entre as carreiras existentes,

vinculadas a um saber universitário. Essa imagem “moderna” da imprensa, objetiva, isenta e intérprete do mundo social elaborou a memória do grupo forjada por ele mesmo.

Ainda que tenha havido uma série de modificações no aspecto visual e na linguagem dos jornais, além da profissionalização e da valorização dos jornalistas, estes últimos continuaram tendo relações estreitas com o Estado e com os grupos dominantes por meio de negociações que favorecessem ambos os setores. Os grupos de oposição como o Partido Comunista Brasileiro, até então, conseguiam vincular seus pequenos periódicos neste ínterim de “experiência democrática”, mas que alcançavam tão somente uma pequena parcela da população. O mercado jornalístico, mais especificamente, no Rio de Janeiro, era dominado pelas grandes empresas comandadas por homens influentes como Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados*, - verdadeiro império da comunicação com periódicos como *O Jornal*, a revista *O Cruzeiro* e a *TV Tupi*; o empresário Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo* (com a maior tiragem entre os vespertinos na época), e Samuel Wainer, com o popular

jornal *Última Hora*, fundado em 1954, pró-Vargas e, posteriormente, a favor de Juscelino. Outra personalidade que se destaca nesse cenário é a do jornalista Carlos Lacerda, fundador da *Tribuna da Imprensa* em 1949, de menor tiragem entre os vespertinos durante a década de cinquenta, mas que não poderíamos deixar de fora devido à importância das opiniões contundentes deste contra os governos de Vargas e de Kubitschek. (BARBOSA, 2007)

Esta imprensa, que como observamos acima também era opinativa, alinhava-se com as notícias do dia a dia, curiosidades, programações culturais, propagandas etc. Podemos notar a imprensa como “partido” que desempenha não só função política, mas também de propaganda de polícia, de influência moral e cultural. Da mesma forma, existia a imprensa que atendia aos interesses de frações ou segmentos de partidos, divulgando questões ideológicas destes. Os “intelectuais orgânicos” de Antonio Gramsci atuavam, igualmente, nas redações dos jornais e formulavam laços com os grupos dominantes. O poder de barganha destes intelectuais (neste caso, dos jornalistas) era justamente o

poder da palavra, da linguagem que mencionamos anteriormente. Marialva Barbosa (2007, p. 152), baseando-se em Gramsci (1989, p. 03-23) coloca que:

É este o papel do jornalista, especialmente os que ocupam o núcleo dirigente, como intelectual orgânico. Não exercendo nenhuma função explícita junto ao Estado, não estando diretamente ligado ao comando político e, portanto, não participando como organizador, é claramente executor do grupo dominante, mediatizando suas ações, decodificando o seu simbolismo, divulgando-as e buscando, principalmente, o consenso espontâneo da população.

Como um exemplo significativo dessa imprensa opinativa, nós temos o embate entre a *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa* durante o governo de Getúlio Vargas (1950-54). A história é conhecida no meio. O então jornalista Samuel Wainer, empregado de Assis Chateaubriand, consegue uma entrevista com Vargas, refugiado em seu sítio no Sul do país, antes das eleições de 1950. Getúlio comentou com Wainer que retornaria ao poder e que não temia a imprensa de oposição udenista. Wainer, por sua vez, habilmente retrucou dizendo que a imprensa não levava um homem ao poder, mas poderia tirá-lo. Neste momento, Vargas indicou o desejo

dele de contar com, pelo menos, um órgão impresso a seu favor. Depois de alguns outros contatos, Samuel Wainer conseguiu fundar a *Última Hora*, em 1951, com ajuda financeira de Vargas. Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 398-399):

(...) era rotina a abertura de generosos créditos a empresas jornalísticas, nos estabelecimentos bancários e previdenciários do Estado. Vargas julgou que esse caminho, largamente batido, lhe permitiria ter, pelo menos, um órgão oficioso, de base popular, capaz de permitir-lhe enfrentar a maciça frente dos jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade. Foi assim que vultosos e rápidos créditos possibilitaram, em 1951, a Samuel Wainer fundar o vespertino *Última Hora*, que logo conquistou lugar de destaque na imprensa carioca.

Todavia, Carlos Lacerda, conhecido opositor de Vargas, abriu um grande debate em torno do financiamento vindo do Estado, acusando a *Última Hora* e, conseqüentemente, Samuel Wainer de receber dinheiro público. Instaurou-se uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para averiguar os fatos. Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, que também deviam muitos capitais ao Governo, ficaram preocupados com as proporções que o escândalo pudesse tomar diante da

opinião pública. Samuel Wainer, em uma tentativa de defesa, afirmou na época que a prática de receber dinheiro do Governo era algo comum no meio jornalístico. Pouco tempo depois, Chateaubriand e Roberto Marinho se aliaram ao discurso de Lacerda contra Wainer e, especialmente, contra Vargas. Outro dado importante no embate entre Lacerda e Wainer é o fato de que na época em que os dois mantiveram laços de amizade e trabalhavam juntos para Chateaubriand, Wainer havia confidenciado a Lacerda que havia nascido na Bessarábia, região entre a Ucrânia e a Moldávia situada na Europa Oriental. Ora, em 1946, sob um clima de tensão policial, depois do Estado Novo, foi elaborada uma nova Constituição, tendo no poder o general Eurico Gaspar Dutra, ou seja, uma nova ditadura só que sob uma fachada legal. No que concerne à imprensa, o artigo 160 vedava aos estrangeiros a posse de jornais. O fato de não ter sido nascido no Brasil, fazia com que Samuel Wainer fosse atacado por Lacerda com base neste artigo da nova Constituição, determinando o seu *status* de proprietário de um jornal como ilegal. (SODRÉ, 1999)

Depois do atentado, em 05/04/1954, na Rua Toneleros, em Copacabana, contra Lacerda e que teve como consequência a morte de um militar, a imagem de Vargas ficou ainda mais prejudicada e a população pediu a sua renúncia. Em 24 de agosto do mesmo ano, o presidente se suicida e deixa uma carta-testamento que é editada para caber na página da *Última Hora (UH)* por Paulo Silveira, secretário da redação, numa edição extra, sob o título: “Matou-se Getúlio”. Contudo, foi com o jornalista José Soares Maciel Filho, em uma segunda edição, que a carta editada pela *Última Hora* ganha ares de carta-testamento oficial de Vargas. De acordo com Ana Maria de Abreu Laurenza (2008, p. 200),

No texto manuscrito não há o famoso final “Serenamente dou o primeiro passo no caminho para a eternidade e saio da vida para entrar na história”, contida na segunda versão, do jornalista e *ghostwriter* do presidente, José Soares Maciel Filho. Essa versão de Maciel Filho foi publicada na segunda edição extra de *UH* daquele dia e transformada na carta-testamento oficial, plataforma política do PTB, pelos herdeiros do getulismo. Na original, o presidente antes de assinar, escrevera “A resposta do povo virá mais tarde”.

Laurenza (2008) ainda menciona que a *Tribuna da Imprensa*,

*O Globo* e a *Rádio Globo* foram deprezados pela população consternada pela morte de Vargas e a mesma considerou como culpados os opositores do Governo, entre eles, Carlos Lacerda. Em um intervalo rápido de tempo – menos de um mês -, Getúlio que era acusado de ter sido o mandante de um crime (o atentado na Rua Toneleros) passara à vítima por ter cometido suicídio e pelo impacto de “suas” palavras na carta-testamento.

Já sob o governo de Juscelino Kubitschek, as transformações na imprensa seguiram seu curso, mas respirando os pretensos ares de uma liberdade democrática na década dourada. As empresas jornalísticas chegam à terceira fase, a empresarial. Desde o início do século, cada vez mais os jornais e seus proprietários apostam em uma melhor qualidade do papel e em máquinas que pudessem imprimir com maior velocidade. Dentro do ideal desenvolvimentista de JK, as empresas jornalísticas importam enormes quantidades de papel e maquinaria das potências estrangeiras. As empresas de publicidade lucram diante de um amplo mercado consumidor. Os jornais não atingiam ainda todo o território nacional, mas as revistas como *O Cruzeiro* e a

*Manchete* alcançaram grandes marcas com suas reportagens coloridas, fotos e colunas escritas para um público diversificado. A revista *O Cruzeiro* pertencia aos *Diários Associados*, império jornalístico de Assis Chateaubriand e a *Manchete* ao amigo de Juscelino Kubitschek, Adolfo Bloch. Com a entrada da *Manchete*, a revista *O Cruzeiro* perde espaço até pela não renovação em seu modo de apresentar as notícias e nas técnicas fotográficas. A *Manchete*, simpática ao Governo, abre espaço para a construção do mito JK como um governante realizador, a partir de matérias como a da inauguração de Brasília em fotorreportagens que exploram a beleza arquitetônica da nova e moderna capital. (ARAGÃO, 2006)

No entanto, não apenas as revistas entraram nesta fase de transição. Vários jornais dos grandes centros urbanos do país voltam seus olhos para JK e, principalmente, para a construção de Brasília. Além do mais, antes de Juscelino e seu vice João Goulart tomarem posse, houve uma tentativa de golpe superada por Marechal Lott, em 1955. (RODRIGUES, 1992) Muitos dos jornais, entre eles, a *Tribuna da*

*Imprensa, a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo* se opuseram à candidatura de JK e Jango por acharem que esses postulantes representavam o retorno do “varguismo”. Diante dos constantes ataques em diversos meios de comunicação (televisão, jornais e rádio) do fundador da *Tribuna da Imprensa* e, também, articulador do golpe, Carlos Lacerda, o já empossado Juscelino Kubitschek propôs, em 9 de outubro de 1956, um projeto que elaborava uma nova lei sobre a imprensa, mas que não chegou a ser votado. Segundo Flavia Biroli (2004, p. 222), essa nova lei permitiria que:

(...) não se confundisse o jornalista digno com “o profissional dos insultos inconsequentes ou da pregação delirante contra as instituições estabelecidas no texto constitucional”. Teria como pressuposto fundamental a defesa da “integridade do Estado”, negando a “liberdade intolerável” e o “odioso privilégio” assim expresso: “o de pregar-se pela imprensa ou pelo rádio a desordem nas ruas, a subversão do regime, a destruição ou a substituição violenta das instituições legitimamente e legalmente constituídas no texto da Constituição e na continuidade histórica de nossa formação democrática”. Como sintetizava a mensagem, o princípio da ordem pública estaria sendo colocado acima de qualquer outro.

Após o contragolpe de Lott, Carlos Lacerda, em 26 de novembro de 1955, optou pelo exílio em Portugal

e, também, nos Estados Unidos. Ele retornaria ao Brasil em outubro de 1956. Seus programas de rádio significaram, na realidade, um forte incômodo para o Governo de JK. Esse é um dos fatos em que poderíamos questionar, segundo Biroli (2004), a questão da liberdade de imprensa neste período.

Apesar dessas questões, em janeiro de 1961, Kubitschek chegou a ser homenageado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) como o governante que respeitou a liberdade de pensamento. Todavia, JK estaria se sentindo insatisfeito com parte de setores da imprensa que mantinham laços estreitos com seus opositores (Idem, 2004). O presidente Juscelino explicava que muitas de suas posições socioeconômicas e políticas foram tomadas em prol de tirar o Brasil das amarras do subdesenvolvimento e levá-lo aos patamares mais elevados da modernidade, dado que o Plano de Metas e a construção de Brasília seriam suas principais realizações. (MARANHÃO, 1981) No entanto, boa parte da imprensa periódica continuava a criticar suas medidas e a acusá-lo de corrupção. JK, todavia, sabia lidar tanto com setores da direita quanto com os setores da esquerda,

pois o objetivo era manter a ordem. O PCB, mesmo que na ilegalidade, mas não tão perseguido como em governos anteriores, ainda conseguia divulgar suas ideias por meio de pequenos periódicos. Mesmo assim, não poderíamos mais dizer que o governo de JK foi um símbolo de liberdade democrática. A tentativa de silenciar a imprensa oposicionista de direita e a permanência de um partido de esquerda na ilegalidade refletiram bem essa questão. (BIROLI, 2004)

Já no decurso do governo JK, os jornais cariocas puderam ter uma relativa liberdade de opinião. Alguns passaram por drásticas mudanças técnicas como foi o caso do *Jornal do Brasil*. Segundo Marieta de Moraes Ferreira (1996), a reforma do *Jornal do Brasil* teria caracterizado as transformações que atingiriam não só a imprensa como a sociedade brasileira. É necessário citar que antes de 1950, o *JB* passava igualmente por um bom período financeiro que fora proporcionado pela rígida administração de Pires do Rio. Outros fatores, também, justificaram esta reforma nos anos posteriores como: a boa direção do jornal que efetuou estratégias organizacionais adequadas à modernização e às novas equipes de

jornalistas e comentaristas. O *JB* apresentava um *design* mais moderno no final do ano de 1957, com a publicação da fotografia na primeira página acompanhada de título introdutório, além da renovação na página de esportes, ou seja, uma reorganização nesta área funcionando como um laboratório de experiências, tanto na diagramação quanto no estilo das fotos e das matérias. Entretanto, a reforma do *Jornal do Brasil* não se limitou somente nas áreas da manchete e esportes. O cenário político adquiria destaque e definia a linha do jornal. Sobre o governo de JK, a política econômica foi duramente criticada, chegando o próprio *JB* a defender as pressões do Fundo Monetário Internacional. Houve, no entanto, iniciativas elogiadas como a obra de Celso Furtado no Nordeste, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Operação Pan-Americana. Assim, Ferreira (1996, p. 153) resume a posição do *JB* quanto a Juscelino e a Brasília no trecho abaixo:

Embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, o *Jornal do Brasil* assumiu uma posição de crítica declarada ao governo Kubitschek, acusando-o de

corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília.

Os jornais cariocas divergiam quanto às opiniões sobre o governo de Juscelino. Uns criticavam de forma explícita o governo, outros tentavam se mostrar imparciais e outros, ainda, mostravam certa “simpatia” pelo presidente Kubitschek. Com relação à construção de Brasília, as opiniões foram bastante diversificadas. Segundo Alzira Alves de Abreu (2002):

A construção de Brasília atraiu uma grande oposição ao governo. *O Correio da Manhã* via na transferência da capital o esvaziamento político do Rio de Janeiro. Já *O Jornal* assumiu posições contraditórias: Brasília foi apontada ao mesmo tempo como possível geradora de um processo inflacionário e como "abertura para o oeste e um núcleo político e social no centro do país".

*O Diário Carioca* e a *Última Hora* defenderam a política de JK durante todo o período de seu governo e apoiaram a construção de Brasília. Já a *Tribuna da Imprensa* fez críticas contundentes a todas as medidas do presidente, inclusive sobre a construção da nova capital. Com relação ao jornal *O Globo*, Abreu (2002) comenta que:

O jornal *O Globo* manteve uma oposição sistemática ao governo e em seus editoriais criticava a construção de Brasília, atribuindo a inflação aos elevados gastos de JK. *O Globo* também defendeu a posição do FMI, que preconizava maior combate à inflação e restrição ao crédito, mas viu como positiva a implantação da indústria automobilística.

O jornal *O Globo* era dirigido a um leitor mais identificado com as posições liberais udenistas, um leitor que era essencialmente antigetulista, crítico da política de intervenção estatal na economia e forte adversário das ideias comunistas. Entretanto, o jornal havia apoiado o contragolpe de Lott sob um discurso de fortalecer as instituições e estabelecer a ordem democrática. Sobre Brasília, diante do que foi exposto acima, sabemos de sua oposição à construção da nova capital e a perda de *status* de distrito federal do Rio de Janeiro. Contudo, de acordo com Alzira Aves de Abreu (2008), para relatar uma posição de dubiedade entre o poder e a imprensa retrata que “o proprietário de *O Globo*, Roberto Marinho, compareceu à festa de inauguração da nova capital”.

## Conclusão

Em frente a tudo o que foi exposto neste artigo, a imprensa, sobretudo, a grande imprensa carioca continuou o seu processo de modernização no período JK permeada pela ideologia nacional desenvolvimentista, que permitiu a entrada de capitais, investimentos e produtos importados para as grandes empresas de comunicação. Afinal, desde os tempos de Getúlio Vargas, as transformações nos periódicos tornaram-se mais contundentes, de acordo com as visões de vários autores aqui trabalhados. Conseguimos, de certa forma, demonstrar as relações de poder entre esses estadistas e a imprensa, mais especificamente, a imprensa carioca, mesmo sob o mote da “imparcialidade” e da “neutralidade”.

Contudo, pensamos que o poder, os políticos e as medidas tomadas por estes devem ser analisados pelos jornais. Só que se essa imprensa e, mais especificamente, os donos de jornais estiverem ligados aos setores dominantes, então, questionamos-nos em que aspecto o direito de obter informações concretas por parte da população poderia ser respeitado. É neste âmbito que nos

deparamos com a formação da opinião pública e não apenas destacamos a opinião da imprensa, mas do público em geral – o direito de todas as pessoas se expressarem livremente. Seu conceito coincide com a formação do Estado Moderno. Segundo Nicola Matteucci (1998), a existência da opinião pública presume uma sociedade civil diferente do Estado, uma sociedade livre e articulada, em que existam centros que possibilitam a formação de opiniões individuais, como jornais e revistas, clubes e salões, partidos e associações, bolsa e mercado, isto é, um público de indivíduos associados, interessado em controlar a política do Governo, ainda que não desenvolva uma atividade política imediata. Já Flavia Biroli (2004) comenta que a opinião pública seria a base real da política, como um determinante dos interesses da sociedade, que seria a peça-chave na elaboração de um lugar imprescindível para a imprensa, ou seja, esta última representaria o principal laço, a principal ponte entre o governo e a população. Sendo assim, a imprensa tornaria o exercício do governo transparente e compreensível ao público e, em contrapartida, converteria as reivindicações do

próprio público visíveis para o governo. Elaborar-se, neste ínterim, conforme a autora, uma ideia de *representatividade* que não refletiria a representatividade eleitoral, mas que a transcenderia, sendo tratada como um “dado” das chamadas sociedades de massa.

O jornal moderno é parte da cultura de massa, consequência das grandes transformações na imprensa, na sociedade e na história. A sua função seja impresso, escrito ou visual é a de informar, interpretar, orientar e divertir, além de vender através de anúncios e difundir ideias e eventos mais complexos que a simples notícia. O jornalismo produz a comunicação coletiva. Os meios de comunicação são todos os quais o homem busca transmitir significação e valores ao seu semelhante por meio da palavra falada, da palavra escrita, dos impressos, gestos, figuras, imagens etc. De acordo com Juarez Bahia (1990), o papel do jornalismo se confunde com a essência da informação. Sua prioridade tem por base a divulgação de notícias. Além dessa função característica, ele absorve muitas outras como, por exemplo, a de proporcionar o bem comum e a de instigar a mais ampla e livre troca de ideias entre as pessoas, quaisquer que

sejam as suas concepções. Bahia (1990) também declara que a seiva do jornalismo é a liberdade. Concordamos que, da mesma maneira que não há democracia sem pluralismo, não existe jornalismo sem a liberdade de expressão e de pensamento. Identificam-se os direitos e privilégios legais do jornalismo na sua capacidade de informar e opinar, orientar e entreter, função inestimável e insubstituível que se reconhece na sociedade e na civilização.

É necessário ressaltar ainda que todos os meios de comunicação são importantes. Nenhum veículo tem maior ou menor responsabilidade em relação ao outro em face de questões essenciais como o tratamento proferido às notícias. Estas não devem ser usadas de forma leviana e tendenciosa. As notícias precisam aparecer de forma concreta para o público, com a apuração rigorosa dos fatos, relevantes para a sociedade sem discriminar nenhum segmento social ou permitir ser manipulada por parte de outros setores, muito menos gerar pânico ou difamar alguém. A imprensa é livre e está comprometida com a educação das pessoas por disseminar ideias, saberes e valores. E, por tal responsabilidade, é preciso que todos

na sociedade possam opinar sobre os  
melhores caminhos que os meios de

comunicação devem seguir através dos  
tempos.

## Referências

ARAGÃO, Georgy Pontes Vieira de. *Meios de comunicação como construtores de uma imagem pública: Juscelino Kubitschek através das revistas Manchete e O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: FGV / CPDOC / Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 13-60.

\_\_\_\_\_. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: BOTELHO, André; BASTOS, Elide; BÔAS, Gláucia. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 211-227.

\_\_\_\_\_. *CPDOC – FGV. O Brasil de JK: Imprensa*. 2002. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Imprensa>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. “Cinquenta anos em cinco”: consultando o mito da modernização (1950-1960). In \_\_\_\_\_. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 149-173.

BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n.47, p. 213-240, jan. 2004.

BOTELHO, André; BASTOS, Elide; BÔAS, Gláucia. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 141-155.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KORNIS, Mônica de Almeida. *CPDOC-FGV. O Brasil de JK: sociedade e cultura nos anos 1950. 2002. Disponível em:* <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2008, p.179-205.

LATTMAN- WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 157-184.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MATTEUCCI, Nicola. Opinião pública. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 842-845.

MOREIRA, Vânia M. L. Os anos JK: industrialização e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v.3, p. 155-194.

\_\_\_\_\_. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O poder da imprensa e a imprensa do poder. *Observatório da Imprensa*. 2009. Disponível em:<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al050620022.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: 2003. n.º 31.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e História*. Imprensa do Rio de Janeiro de 1950. Rio de Janeiro: ECO – UFRJ, 2000.

SILVA, Adriana Hassin. *A Modernidade em Alvorada: Brasília e a imagem do Brasil moderno no fotojornalismo d'O Cruzeiro e da Manchete (1956-1960)*. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGHIS, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

*O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.*

**Recebido em 19/04/2019**

**Aprovado em 23/06/2019**